

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O PCP teve conhecimento de que prosseguem os desmandos da Altice na PT. Agora estão os trabalhadores confrontados com uma nova técnica, criada nos criativos laboratórios dos gabinetes jurídicos das multinacionais, e destinada a impor os objectivos ilegais e amorais da multinacional.

Concretamente, a Altice decidiu que a PT passasse a realizar por outsourcing um conjunto determinado de funções, hoje realizadas pela própria PT, mas fá-lo recorrendo formalmente a um processo de venda de uma sua hipotética «unidade autónoma de negócios» a um prestador de serviços (no caso a Winprovit), e considerando depois que tal expediente a autoriza a cessar o vínculo de 37 trabalhadores com a PT e a impor a sua transferência imediata para a dita empresa de outsourcing libertando-se a Altice de todos os encargos e responsabilidades para com estes trabalhadores.

É transparente o verdadeiro objectivo da multinacional e a fraude que está a promover. Este processo é um teste ao Estado Português, e a concretizar-se sem a devida e enérgica reacção, será seguido por muitos outros processos similares, conhecida que é a intenção da empresa de «desfazer-se» de milhares de trabalhadores sem assumir para com eles as obrigações legais e os compromissos assumidos no momento da compra da PT (nomeadamente as centenas de milhões de euros que teria de pagar de indemnizações caso optasse pelo despedimento dos trabalhadores da PT).

Estes 37 trabalhadores estão a ser vítimas de um processo fraudulento, que desestabiliza a sua vida e que, a prosseguir, lhes trará perdas de direitos e remunerações, e uma crescente instabilidade e precariedade. O Governo não pode continuar sem agir, pelo que urge uma resposta que defenda os direitos dos trabalhadores.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia, o seguinte:

- Quando vai o Governo reconhecer ser insustentável o custo da privatização da PT e começar a

preparar a reversão dessa medida?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 22 de Junho de 2017

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)